

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2025)

Exercício de 2025

Pág.: 1



Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesso em: https://eice.ice-pe.gov.br/ppi/validaDoc.scam Código do documento: f6b6c4db-8b7b-43a4-8b9f-e1f098d7b008

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE 1		68.636,67	91.853,28	PASSIVO CIRCULANTE 10		1.833.037,48	161.674,07
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 2		68.636,67	91.853,28	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E 11		0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		68.636,67	91.853,28	ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	0,00
CONTA ÚNICA	F	60.075,13	86.163,12	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL	F	8.561,54	5.690,16	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO 12		1.713.135,02	120.030,02
CRÉDITOS A CURTO PRAZO 3		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		1.713.135,02	120.030,02
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO 4		0,00	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F	1.713.135,02	120.030,02
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO 5		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ESTOQUES 6		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO BIOLÓGICO		0,00	0,00	ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO 13		119.902,46	41.644,05
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS		119.902,46	38.144,05
ATIVO NÃO CIRCULANTE 7		29.564,19	32.849,10	CONSIGNAÇÕES	F	119.902,46	38.144,05
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		0,00	3.500,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	SUBVENÇÕES A PAGAR	F	0,00	3.500,00
IMOBILIZADO 8		29.564,19	32.849,10	PASSIVO NAO-CIRCULANTE 14		0,00	0,00
BENS MOVEIS		32.849,10	32.849,10	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E 15		0,00	0,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	7.937,00	7.937,00	ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	897,00	897,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO 16		0,00	0,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	16.783,10	16.783,10	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	7.232,00	7.232,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-3.284,91	0,00	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-3.284,91	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
INTANGÍVEL 9		0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
DIFERIDO		0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
TOTAL		98.200,86	124.702,38	TOTAL PASSIVO		1.833.037,48	161.674,07
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior				
PATRIMÔNIO LIQUIDO 17		-1.734.836,62	-36.971,69				
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00				
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00				
RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00				

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2025)



Exercício de 2025

Pág.: 2

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00
				DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		-1.734.836,62	-36.971,69
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		-1.734.836,62	-36.971,69
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		-1.697.864,93	-76.465,55
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-36.971,69	39.493,80
				(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-1.734.836,62	-36.971,69
				TOTAL		98.200,86	124.702,38

Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Assessoria: <https://etec.tee.pe.gov.br/epp/validaDocumento.aspx?Codigo=documento:fc6bc4db-8b7b-43a4-8b3f-e1f40b8d7bc08>

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2025)

Exercício de 2025



Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO	18	68.636,67	91.853,28	PASSIVO FINANCEIRO (1.833.037,48)+RP não Proc.(0,00)	20	1.833.037,48	161.674,07
ATIVO PERMANENTE	19	29.564,19	32.849,10	PASSIVO PERMANENTE	21	0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL	22	-1.734.836,62	-36.971,69

Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f6b6c46b-8b7b-43a4-8b3f-e1f40b8d7bc08

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2025)

Exercício de 2025



Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO 23			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		453.060,00	462.560,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		10.500,00	20.000,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		442.560,00	442.560,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
ICIAIS		0,00	0,00	ICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		453.060,00	462.560,00

Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://epec.tce-pe.gov.br/gpp/validaDoc.aspx?Codigo=documento:fc6bc4db-8b7b-43a4-8b3f-e1f40b8d7bc08>



FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Exercício de 2025

DEZEMBRO(31/12/2025)

ISOLADO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://portal.tcepe.gov.br/app/validaDocumento.aspx?Codigo=documento:fc6bc4db-8b7b-43a4-8b3f-e1f40b8d7bc08>

Pág.:

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		68.636,67	91.853,28	PASSIVO CIRCULANTE		1.833.037,48	161.674,07
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		68.636,67	91.853,28	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		1.713.135,02	120.030,02
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		68.636,67	91.853,28	FORNEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		1.713.135,02	120.030,02
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL		8.561,54	5.690,16	FORNEDORES NACIONAIS		1.713.135,02	120.030,02
CONTA ÚNICA		60.075,13	86.163,12	ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		119.902,46	41.644,05
TOTAL		68.636,67	91.853,28	VALORES RESTITUÍVEIS		119.902,46	38.144,05
				CONSIGNAÇÕES		119.902,46	38.144,05
				OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		0,00	3.500,00
				SUBVENÇÕES A PAGAR		0,00	3.500,00
				TOTAL		1.833.037,48	161.674,07



FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Exercício de 2025

DEZEMBRO(31/12/2025)

ISOLADO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://ptccrce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f6b6c46b-8b7b-43a4-8b3f-e140b8d7bc08

Pág.:

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE		29.564,19	32.849,10				
IMOBILIZADO		29.564,19	32.849,10				
BENS MOVEIS		32.849,10	32.849,10				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		897,00	897,00				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		16.783,10	16.783,10				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		7.937,00	7.937,00				
DEMAIS BENS MÓVEIS		7.232,00	7.232,00				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-3.284,91	0,00				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-3.284,91	0,00				
TOTAL		29.564,19	32.849,10				

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2025)

ISOLADO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Exercício de 2025

Pág.: 1

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	-1.764.400,81	-69.820,79
15001001	Recursos de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (Recursos do Exercício Corrente)	22.000,00	0,00
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	-1.979.102,51	-123.206,45
17100000	Transferência Especial dos Estados (Recursos do Exercício Corrente)	9.681,76	0,00
17190000	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Lei nº 14.399/202 (Recursos do Exercício Corrente)	67.705,81	91.490,58
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-37.611,34	-38.104,92
27000000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneros da União (Recursos de Exercícios Anteriores)	215.000,00	0,00
TOTAL		-1.764.400,81	-69.820,79





Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: fc6bc46b-8b7b-43a4-8b3f-e740b8d7bc08

Fundo Municipal de Cultura Município de Condado

Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial Isolado

Demonstração Contábil Isolada
Resolução N° 299/2025

2025



NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL ISOLADO **Conforme Anexo da Resolução 299/2025**

O Balanço Patrimonial foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012. As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro por fonte de recurso.

O Fundo Municipal de Cultura concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo Público" possui como atividade principal "Administração pública em geral".



Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos. A natureza de suas operações deriva de repasses dos governos federal, receitas de Convênios e Aportes do Tesouro Municipal.

Bases de mensuração utilizadas:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para "Financeiro", e (P), para "Permanente", conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE.



Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro.

Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXXX)		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	-1.764.400,81	-69.820,79
15001001	Recursos de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (Recursos do Exercício Corrente)	22.000,00	0,00
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	-1.979.102,51	-123.206,45
17100000	Transferência Especial dos Estados (Recursos do Exercício Corrente)	9.681,76	0,00
17190000	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2012 (Recursos do Exercício Corrente)	67.705,81	91.400,58
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-37.611,34	-38.104,92
27000000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União (Recursos de Exercícios Anteriores)	215.000,00	0,00
TOTAL		-1.764.400,81	-69.820,79

Em atendimento a Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TCE-PE, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária.

Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da



alienação de ativos ou pagamento de passivos.

A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

As contas intituladas no grupo "Caixa e equivalentes de caixa" são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo "Créditos e valores a curto prazo" são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos "Créditos tributários" foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa lançado em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

As contas intituladas "Estoques", são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

As contas intituladas no grupo "Imobilizado" foram reconhecidas



inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

As contas classificadas no grupo "Intangível", foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo "Empréstimos e financiamentos", foram avaliadas observando-se o seguinte critério: pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;

Em atendimento as exigências previstas na Portaria MPS, as contas classificadas como "Provisões Matemáticas Previdenciárias", foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 14, dentre os quais a mensuração a valor presente.

Estes registros intitulados de "passivos atuariais", referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário contratado



pelo RPPS.

Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial do exercício de 2024, seguindo os critérios destacados das referências cruzadas do Passivo Não Circulante constante nesta nota explicativa.

Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Créditos a Curto Prazo Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas



Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar



a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.



Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido



Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. Ações / Cotas em Tesouraria Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.



Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento.

Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles



vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação



Contábil da STN.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as “provisões matemáticas previdenciárias”

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentária adotado pelo Município é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2025.

As entidades abrangidas.

A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Fundo Municipal de Cultura de Condado-PE.



Referências Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 68.836,67 (Sessenta e oito mil, oitocentos e trinta e seis reais e sessenta e sete centavos), compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para a venda e variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas ao final do exercício somam R\$ 68.836,67 (Sessenta e oito mil, oitocentos e trinta e seis reais e sessenta e sete centavos).

Quadro de Detalhamento das Disponibilidades

Especificação	Saldo em 31/12/2025
Conta Única	60.075,13
Conta RPPS	
Outras Contas	
Aplicações Financeiras	8.561,54
Depositos Restituíveis e Valores Vinculados	
Total	68.636,67

Além das informações seguintes, apostas de forma resumida, importante mencionar que fazem parte da prestação de contas consolidada os cadernos e relatórios de conciliação bancária, que detalham os valores financeiros registrados contabilmente.

Esse relatório teve sua construção e análise fundamentadas nos seguintes documentos:

O relatório Boletim de Caixa – produzido pela Tesouraria Municipal - que nos traz os saldos de acordo com a classificação contábil das contas: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Santander, Aplicação Financeira e



Conta Arrecadação BB; Contas RPPS e demais contas.

Importante esclarecer que foram registrados como caixa e equivalente de caixa apenas dos valores em espécie e aquelas aplicações financeiras de curtíssimo prazo, com possibilidade de resgate para conversão em espécie.

Ao final do exercício de 2025, nenhuma das contas movimentadas pelo Poder executivo possuía pendências não resolvidas, sendo demonstrado nos relatórios contábeis o exato montante dos saldos financeiros.

Conta Única – RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). As disponibilidades do RPPS encontram-se demonstradas de forma individualizada na unidade orçamentária.

Outras Contas Movimento

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais e contratuais.

Esses recursos correspondem majoritariamente àqueles recebidos diretamente pelos fundos e entidades da administração indireta e representam, em sua maior parte, recursos com vinculação definida.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos, que estão aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios, contratos e operações de crédito) são aplicados de acordo com as determinações específicas das unidades concedentes.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

O Fundo Municipal de Cultura de Condado, não foram evidenciados valores para créditos a curto prazo.

Nesse grupo de contas estão contabilizados, respeitado o regime de competência, os créditos tributários a receber originários de variações patrimoniais aumentativas tributárias e de contribuições, com expectativa de



realização até 31.12.2025 e em exercícios seguintes (créditos parcelados não inscritos em dívida ativa).

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 20%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2025 segrega os créditos inscritos em dívida ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a



individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:

Não há registro de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

Adiantamentos Concedidos

Esta conta registra os valores de adiantamentos concedidos a pessoal referentes a 1/3 de férias. O saldo em 31.12.2025 é composto por valores adiantados pelas empresas estatais dependentes a seus funcionários.

Créditos Previdenciários a Curto Prazo

Essa conta registra os valores de Créditos Previdenciários a Curto Prazo.

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo

Compreende os valores de depósitos e cauções em espécie efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de



uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo e em longo prazo, também compreendem créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, apresentando a seguinte composição analítica em 31.12.2025.

Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:

Não há valor evidenciado para o exercício, esse grupo de contas compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 6) ESTOQUE (NBC T SP 04 – Item 47):

Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

Nota 7) ATIVO NÃO CIRCULANTE:

Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, demais créditos e valores a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 29.564,19 (Vinte e nove mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e dezenove centavos).

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA LONGO PRAZO

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 20%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.



Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2025 segrega os créditos inscritos em dívida ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se



entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 8) IMOBILIZADO:

O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 29.564,19 (Vinte e nove mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e dezenove centavos). Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

O Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável está em processo de adequação pela Diretoria de Patrimônio, havendo evolução metodológica com relação ao percentual de depreciação e exaustão na proporção de 10%.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

Detalhamento do Imobilizado

Descrição da Conta	Valor
Bens Móveis	32.849,10
(-) Depreciação de Bens Móveis	3.284,91
Total Ajustado dos Bens Móveis	29.564,19
Bens Imóveis	
(-) Amortização de Bens Imóveis	
Total Ajustado dos Bens Imóveis	-
Total Líquido	29.564,19

Nota 9) INTANGÍVEL:

Não há saldo de intangível. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome



medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Nota 10) PASSIVO CIRCULANTE:

As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 1.833.037,48 (Um milhão, oitocentos e trinta e três mil, trinta e sete reais e quarenta e oito centavos).

Nota 11) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:

Grupo de contas do passivo circulante, que compreende obrigações do Município decorrentes de relação trabalhista, especialmente aquelas com vencimento posterior à data de encerramento do exercício.

São apropriados por competência os valores devidos de férias e 13º salário, além dos tributos relacionados a essas verbas.

Não houve registros de valores das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final do exercício.

Nota 12) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:

Compreende os valores a pagar aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais do Município, consignando os débitos reconhecidos por competência, inclusive os valores parcelados e as decisões judiciais.

Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ 1.713.135,02 (Um Milhão, setecentos e treze mil, cento e trinta e cinco reais e dois centavos), relativo a fornecedores e contas a pagar.

Detalhamento das Obrigações com Fornecedores e Contas a Pagar



Descrição da Conta	Valor	Atributo
Fornecedores Nacionais	1.713.135,02	F
Contas a Pagar Credores Nacionais	-	F
Total Atributo Financeiro	-	F
Fornecedores Nacionais		

Nota 13) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:

Ao final do exercício as demais obrigações a curto prazo totalizou R\$ 119.902,46 (Cento e dezenove mil, novecentos e dois reais e quarenta e seis centavos). O detalhamento das Consignações e Depósitos não judiciais encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Consignações	119.902,46	
Depósitos Não Judiciais		
Indenizações e Restituições		
Subvenções a Pagar	-	
Outras Consignações		
Total com Atributo Financeiro		

Nota 14) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

As obrigações de longo prazo ao final do exercício não houve registros, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo e provisões a longo prazo.

Nota 15) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO:

Compreende os parcelamentos de dívidas e outros compromissos existentes a longo prazo, sem registro para o exercício.



Nota 16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO):

Não houve valores evidenciados no balanço para os empréstimos e financiamentos de longo prazo ao final do exercício.

Nota 17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O patrimônio líquido do Fundo Municipal de Cultura compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, sendo segregado em patrimônio social, aquele pertencente às unidades da administração direta, autarquias, fundações, fundos e Câmara Municipal; capital social, aquele subscrito pelas empresas dependentes; reservas e os resultados acumulados.

O patrimônio líquido da entidade fez ao final do exercício o valor de R\$ -1.734.836,62 (Um Milhão, setecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos). O Resultado do exercício foi R\$ 1.697.864,93 (Um milhão, seiscentos e noventa e sete mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa e três centavos) deficitário.

Detalhamento do Patrimônio Líquido

Descrição da Conta	Valor
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	- 1.697.864,93
Resultado do Exercício	- 36.971,69
Ajuste de Exercícios Anteriores	-
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	- 1.734.836,62

Nota 18) ATIVO FINANCEIRO:

O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 68.636,67 (Sessenta e oito mil, seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e sete centavos).



Nota 19) ATIVO PERMANENTE:

O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 29.564,19 (Vinte e nove mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e dezenove centavos).

Nota 20) PASSIVO FINANCEIRO:

O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros.

O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 1.833.037,48 (Um milhão, oitocentos e trinta e três mil, trinta e sete reais e quarenta e oito centavos), somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 0,00 (Zero reais) perfazem o total de R\$ 1.833.037,48 (Um milhão, oitocentos e trinta e três mil, trinta e sete reais e quarenta e oito centavos).

Nota 21) PASSIVO PERMANENTE:

Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Para o exercício da Prestação, não houve registros.

Nota 22) SALDO PATRIMONIAL:

O total do saldo patrimonial do exercício foi deficitário em R\$ -1.734.836,62 (Um milhão, setecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos).



Nota 23) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais passivos refere-se as Obrigações conveniados e outros instrumentos congêneres e das Obrigações contratuais a executar foi de R\$ 453.060,00 (Quatrocentos e cinquenta e três mil e sessenta reais).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 24) QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64):

O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 1.764.400,81 (Um Milhão, setecentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos reais e oitenta e um centavos), deficitário, o que poderá servir de abertura de créditos suplementares para o exercício seguinte.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros.

Quanto ao gerenciamento da aplicação das fontes/destinação de recursos, cabe aos ordenadores de despesa, seguir o controle por fonte de recursos existente e na programação financeira, evitando o comprometimento de fontes de recursos.

Ao setor contábil, cabe o registro dos atos e fatos realizados no período representando em suas demonstrações o que de fato ocorreu com o



gerenciamento das fontes feitos pelos gestores.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para



uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

Informações relevantes sobre transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

Descrição de ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o balanço patrimonial:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível).

No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante



(obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados.

Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial.

Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.

O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos.

Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Resolução TCE-PE):

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item da Resolução TCE-PE):

Não houve bens recebidos por doação no exercício.

Transferência de Ativos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):



Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item Anexo da Resolução TCE-PE):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico deduzidos os valores correspondentes a depreciação e amortização.

Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

Perdas da Dívida Ativa (NBC T SP 03 – item 97 e 98):

Não houve cancelamento de dívida ativa relevantes e ou concessão de



descontos tributários que afetem a meta fiscal estabelecida na LDO.

Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário contratado pelo RPPS pelo atuário *LC Kogut –Assessoria e Consultoria Atuarial* destacado acima na avaliação atuarial.

Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 10ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP



01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve recebimento de heranças, presentes e doações no exercício.

Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.



TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício

PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Adoção de Procedimentos Internos no Sistema Orçamentário	Contador	-	Implantado

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
-------------------	--	----------	---	------------

Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
-------------	---	--	--	--

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos Eventos, evidenciando os saldos dos ativos e passivos	Contador	-	Implantado

Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
-------------	---	--	--	--

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
-------------	--	--	--	--

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
-------------	--	--	--	--

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias./			
-------------	--	--	--	--

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência	Contador	-	Implantado

Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
-------------	--	--	--	--

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, 13 salário, férias e etc	Contador	-	Implantado

Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência			
-------------	--	--	--	--

Documentos Assinados Digitalmente por: SEVERINO ALVARO DA SILVA FILHO, JEREMIE BARBOSA XAVIER
Acesse em: https://www.tcepe.gov.br/epp/validaDoc.seam?codigo_documento=140088d7688



Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIEMAR BANDEIRA ROSA XAVIER
Acesse em: http://www.tcece.tce.gov.br/eppl/validador/seman?codigo_documento=160646b-8b7e-4314-b03e-f208d77ec08

Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demais aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Depto. De Patrimônio	-	Implantado

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da Receita pelo valor bruto	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa com amortização; principal e encargos	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização de receitas e despesas previdenciárias	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização do ativo, reconhecimento, encaminhamento e inscrição	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATÓRIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos principais fatos relacionados aos precatórios	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
				Não iniciada

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

Documento Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
Assinado em: 2023/08/24 10:08:00
Acesse em: <https://ste.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: fc6bc46b-8b7b-43a4-8b3f-e740b8d7bc08

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2025)



Exercício de 2025

Pág.: 1

ISOLADO: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE 1		1.506.282,81	1.080.555,89	PASSIVO CIRCULANTE 10		1.097.566,20	1.136.760,31
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 2		1.499.249,81	1.077.133,79	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E 11		128.614,05	62.171,35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		1.499.249,81	1.077.133,79	ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO			
CONTA ÚNICA	F	451.704,17	296.862,15	PESSOAL A PAGAR		4.125,52	4.125,52
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL	F	1.047.545,64	780.271,64	PESSOAL A PAGAR	F	4.125,52	4.125,52
CRÉDITOS A CURTO PRAZO 3		0,00	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		124.488,53	58.045,83
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO 4		7.033,00	3.422,10	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	26.362,22	13.828,29
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		7.033,00	3.422,10	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	91.301,72	36.580,16
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	2.309,81	1.706,10	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	6.824,59	7.637,38
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	F	4.723,19	1.716,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO 5		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO 12		233.158,52	800.617,35
ESTOQUES 6		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		233.158,52	800.617,35
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F	224.372,44	792.301,27
ATIVO BIOLÓGICO		0,00	0,00	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	8.786,08	8.316,08
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE 7		20.954.140,24	17.875.714,43	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO 13		735.793,63	273.971,61
IMOBILIZADO 8		20.954.140,24	17.875.714,43	VALORES RESTITUÍVEIS		735.793,63	273.971,61
BENS MOVEIS		18.165.183,38	12.758.519,78	CONSIGNAÇÕES	F	508.343,16	273.971,61
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	870.963,41	870.963,41	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	F	222.721,78	0,00
BENS DE INFORMÁTICA	P	1.569.589,00	179.443,00	CONSIGNAÇÕES	F	4.728,69	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	2.987.004,49	2.307.746,89	PASSIVO NAO-CIRCULANTE 14		0,00	0,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	5.095.614,49	5.095.614,49	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E 15		0,00	0,00
VEÍCULOS	P	3.415.979,00	3.415.979,00	ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	4.226.032,99	888.772,99	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO 16		0,00	0,00
BENS IMÓVEIS		5.117.194,65	5.117.194,65	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	2.236.966,51	2.236.966,51	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	2.880.228,14	2.880.228,14	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-2.328.237,79	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-1.816.518,33	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-511.719,46	0,00	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
INTANGÍVEL 9		0,00	0,00	TOTAL PASSIVO		1.097.566,20	1.136.760,31
DIFERIDO		0,00	0,00				

Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesso em: https://etce.tee.pe.gov.br/gnp/validaDoc.aspx?CodigoDoDocumento=f6b0c4b0-8b7b-43a4-8b3f-e7f408d7b0c08

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2025)



Exercício de 2025

Pág.: 2

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
TOTAL		22.460.423,05	18.956.270,32	ESPECIFICAÇÃO			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.362.856,85	17.819.510,01
				PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
				ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00
				AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00
				DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		21.362.856,85	17.819.510,01
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		21.362.856,85	17.819.510,01
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		3.541.726,03	2.061.006,63
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		17.819.510,01	15.758.503,38
				AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.620,81	0,00
				(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.362.856,85	17.819.510,01
				TOTAL		22.460.423,05	18.956.270,32

Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesso em: https://cert.br.gov.br/gpv/hr/gpp/validaDoc.seam Código do documento: f66c46b-8b7b-43a4-8b3f-e140b8d7bc08

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO
BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2025)

Exercício de 2025



Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO 18		1.506.282,81	1.080.555,89	PASSIVO FINANCEIRO (1.097.566,20)+RP não Proc.(0,00) 20		1.097.566,20	1.136.760,31
ATIVO PERMANENTE 19		20.954.140,24	17.875.714,43	PASSIVO PERMANENTE 21		0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL 22		21.362.856,85	17.819.510,01

Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f6b6c46b-8b7b-43a4-8b3f-e1f40b8d7bc08

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2025)

Exercício de 2025



Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				23	ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
ATOS POTENCIAIS ATIVO		59.234,90	59.234,90	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		6.702.077,37	6.702.077,37	
DIREITOS CONTRATUAIS		59.234,90	59.234,90	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		6.702.077,37	6.702.077,37	
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00	
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	
ICIAIS		0,00	0,00	ICIAIS		0,00	0,00	
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00	
TOTAL		59.234,90	59.234,90	TOTAL		6.702.077,37	6.702.077,37	

Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://epec.icp.gov.br/gpp/vvalidaDoc.aspx?Codigo=documento:fc6bc46b-8b7b-43a4-8b3f-e1f40b8d7bc08>

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Exercício de 2025



Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://portaltransparencia.gov.br/ppp/validaDocumento.aspx?CodigoDocumento=fc6bc4db-8b7b-43a4-8b3f-e1f40b8d7bc08>

DEZEMBRO(31/12/2025)

ISOLADO: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		1.506.282,81	1.080.555,89	PASSIVO CIRCULANTE		1.097.566,20	1.136.760,31
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.499.249,81	1.077.133,79	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		128.614,05	62.171,35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		1.499.249,81	1.077.133,79	PESSOAL A PAGAR		4.125,52	4.125,52
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL		1.047.545,64	780.271,64	PESSOAL A PAGAR		4.125,52	4.125,52
CONTA ÚNICA		451.704,17	296.862,15	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		124.488,53	58.045,83
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		7.033,00	3.422,10	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)		26.362,22	13.828,29
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		7.033,00	3.422,10	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		91.301,72	36.580,16
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		2.309,81	1.706,10	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS		6.824,59	7.637,38
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE		4.723,19	1.716,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		233.158,52	800.617,35
TOTAL		1.506.282,81	1.080.555,89	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		233.158,52	800.617,35
				FORNECEDORES NACIONAIS		224.372,44	792.301,27
				CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS		8.786,08	8.316,08
				ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		735.793,63	273.971,61
				VALORES RESTITUIVEIS		735.793,63	273.971,61
				OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		222.721,78	0,00
				CONSIGNAÇÕES		508.343,16	273.971,61
				CONSIGNAÇÕES		4.728,69	0,00
				TOTAL		1.097.566,20	1.136.760,31

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Exercício de 2025



Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://pttable.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: fc6bc4db-8b7b-43a4-8b3f-e140b8d7bc08

DEZEMBRO(31/12/2025)

ISOLADO: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE		20.954.140,24	17.875.714,43				
IMOBILIZADO		20.954.140,24	17.875.714,43				
BENS MOVEIS		18.165.183,38	12.758.519,78				
BENS DE INFORMÁTICA		1.569.589,00	179.443,00				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		2.987.004,49	2.307.746,89				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		5.095.614,49	5.095.614,49				
VEÍCULOS		3.415.979,00	3.415.979,00				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		870.963,41	870.963,41				
DEMAIS BENS MÓVEIS		4.226.032,99	888.772,99				
BENS IMÓVEIS		5.117.194,65	5.117.194,65				
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO		2.236.966,51	2.236.966,51				
DEMAIS BENS IMÓVEIS		2.880.228,14	2.880.228,14				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-2.328.237,79	0,00				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-1.816.518,33	0,00				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		-511.719,46	0,00				
TOTAL		20.954.140,24	17.875.714,43				



FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2025)

ISOLADO: 7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO

Exercício de 2025

Pág.: 1

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXX) 24		Nota	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
			ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO		408.716,61	-56.204,42
15001001	Recursos de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (Recursos do Exercício Corrente)		-898.260,74	-275.138,78
15001002	Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde (Recursos do Exercício Corrente)		168.500,00	0,00
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)		238.004,40	0,00
15400000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)		-677.374,14	33.334,26
15401070	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (Profissionais da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)		-21.632.023,69	24.185,33
15410000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - FUNDEB 30% (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)		-22.900,00	0,00
15411070	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - FUNDEB 70% (Profissionais da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)		430.139,32	0,00
15420000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - FUNDEB 30% (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)		-720.820,54	0,00
15421070	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - FUNDEB 70% (Profissionais da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)		-1.714.266,10	3.694,61
15430000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR (Recursos do Exercício Corrente)		-744.980,34	412,07
15440000	Recursos de Precatórios do FUNDEF (Recursos do Exercício Corrente)		70.292,89	68.804,50
15500000	Transferência do Salário-Educação (Recursos do Exercício Corrente)		-801.608,85	0,00
15510000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) (Recursos do Exercício Corrente)		37,75	37,46
15520000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Recursos do Exercício Corrente)		6.770,57	45,98
15530000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) (Recursos do Exercício Corrente)		-106,85	13.674,90
15690000	Outras Transferências de Recursos do FNDE (Recursos do Exercício Corrente)		307.020,95	2.141,64
15700000	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Educação (Recursos do Exercício Corrente)		389,92	386,06
15720000	Transferências de Municípios referentes a Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Educação (Recursos do Exercício Corrente)		2.941,99	2.941,99
15990000	Outros Recursos Vinculados à Educação (Recursos do Exercício Corrente)		176.992,92	243.339,27
17000000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União (Recursos do Exercício Corrente)		1,32	1,32
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)		26.600.695,23	-231.609,17
25440000	Recursos de Precatórios do FUNDEF (Recursos de Exercícios Anteriores)		3.096,19	3.096,19
25690000	Outras Transferências de Recursos do FNDE (Recursos de Exercícios Anteriores)		57.484,50	51.935,29
28690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos de Exercícios Anteriores)		2.512,66	2.512,66
TOTAL			408.716,61	-56.204,42



Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: fc6bc46b-8b7b-43a4-8b3f-e740b8d7bc08

Fundo Municipal de Educação
Município de Condado

Notas Explicativas ao Balanço
Patrimonial Isolado

Demonstração Contábil Isolada

Resolução N° 299/2025

2025



NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL ISOLADO

Conforme Anexo da Resolução 299/2025

O Balanço Patrimonial foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012. As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro por fonte de recurso.

O Fundo Municipal de Educação concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo Público" possui como atividade principal "Administração pública em geral".

Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana.



Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos. A natureza de suas operações deriva de repasses dos governos federal, receitas de Convênios e Aportes do Tesouro Municipal.

Bases de mensuração utilizadas:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para "Financeiro", e (P), para "Permanente", conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo



“F” de financeiro.

Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINARIO	408.716,61	-56.204,42
15001001	Recursos de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (Recursos do Exercício Corrente)	-898.260,74	-275.138,78
15001002	Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde (Recursos do Exercício Corrente)	168.500,00	0,00
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	238.004,40	0,00
15400000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	-677.374,14	33.334,26
15401070	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (Profissionais da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	-21.632.023,69	24.185,33
15410000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - FUNDEB 30% (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	-22.900,00	0,00
15411070	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - FUNDEB 70% (Profissionais da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	430.139,32	0,00
15420000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - FUNDEB 30% (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	-720.820,54	0,00
15421070	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - FUNDEB 70% (Profissionais da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	-1.714.266,10	3.694,61
15430000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR (Recursos do Exercício Corrente)	-744.980,34	412,07
15440000	Recursos de Precatórios do FUNDEF (Recursos do Exercício Corrente)	70.292,89	68.804,50
15500000	Transferência do Salário-Educação (Recursos do Exercício Corrente)	-801.608,85	0,00
15510000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) (Recursos do Exercício Corrente)	37,75	37,46
15520000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Recursos do Exercício Corrente)	6.770,57	45,98
15530000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) (Recursos do Exercício Corrente)	-106,85	13.674,90
15690000	Outras Transferências de Recursos do FNDE (Recursos do Exercício Corrente)	307.020,95	2.141,64
15700000	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Educação (Recursos do Exercício Corrente)	389,92	386,06
15720000	Transferências de Municípios referentes a Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Educação (Recursos do Exercício Corrente)	2.941,99	2.941,99
15990000	Outros Recursos Vinculados à Educação (Recursos do Exercício Corrente)	176.992,92	243.339,27
17000000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União (Recursos do Exercício Corrente)	1,32	1,32
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	26.600.695,23	-231.609,17
25440000	Recursos de Precatórios do FUNDEF (Recursos de Exercícios Anteriores)	3.096,19	3.096,19
25690000	Outras Transferências de Recursos do FNDE (Recursos de Exercícios Anteriores)	57.484,50	51.935,29
28690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos de Exercícios Anteriores)	2.512,66	2.512,66
TOTAL		408.716,61	-56.204,42

Em atendimento a Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TCE-PE, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária.



Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.

A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

As contas intituladas no grupo "Caixa e equivalentes de caixa" são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo "Créditos e valores a curto prazo" são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos "Créditos tributários" foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa lançado em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

As contas intituladas "Estoques", são avaliados na entrada pelo valor de



aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

As contas intituladas no grupo "Imobilizado" foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

As contas classificadas no grupo "Intangível", foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo "Empréstimos e financiamentos", foram avaliadas observando-se o seguinte critério: pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;



Em atendimento as exigências previstas na Portaria MPS, as contas classificadas como "Provisões Matemáticas Previdenciárias", foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 14, dentre os quais a mensuração a valor presente.

Estes registros intitulados de "passivos atuariais", referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário contratado pelo RPPS.

Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial do exercício de 2025, seguindo os critérios destacados das referências cruzadas do Passivo Não Circulante constante nesta nota explicativa.

Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Créditos a Curto Prazo Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais



da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante



Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.



Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.



Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados



Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. Ações / Cotas em Tesouraria Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento.

Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos



Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.



Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação Contábil da STN.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as "provisões matemáticas previdenciárias"

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentário adotado pelo Fundo Municipal de Educação é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).



O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2025.

As entidades abrangidas.

A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Fundo Municipal de Educação de Condado-PE.

Referências Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 1.506.282,81 (Um milhão, quinhentos e seis mil, duzentos e oitenta e dois reais e oitenta e um centavos), compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para a venda e variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas ao final do exercício somam R\$ 1.499.249,81 (Um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e um centavos).

Quadro de Detalhamento das Disponibilidades

Especificação	Saldo em 31/12/2025
Conta Única	451.704,17
Conta RPPS	
Outras Contas	
Aplicações Financeiras	1.047.545,64
Depositos Restituíveis e Valores Vinculados	
Total	1.499.249,81



Além das informações seguintes, apostas de forma resumida, importante mencionar que fazem parte da prestação de contas consolidada os cadernos e relatórios de conciliação bancária, que detalham os valores financeiros registrados contabilmente.

Esse relatório teve sua construção e análise fundamentadas nos seguintes documentos:

O relatório Boletim de Caixa – produzido pela Tesouraria Municipal - que nos traz os saldos de acordo com a classificação contábil das contas: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Santander, Aplicação Financeira e Conta Arrecadação BB; Contas RPPS e demais contas.

Importante esclarecer que foram registrados como caixa e equivalente de caixa apenas dos valores em espécie e aquelas aplicações financeiras de curtíssimo prazo, com possibilidade de resgate para conversão em espécie.

Ao final do exercício de 2025, nenhuma das contas movimentadas pelo Poder executivo possuía pendências não resolvidas, sendo demonstrado nos relatórios contábeis o exato montante dos saldos financeiros.

Conta Única – RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). As disponibilidades do RPPS encontram-se demonstradas de forma individualizada na unidade orçamentária.

Outras Contas Movimento

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais e contratuais.

Esses recursos correspondem majoritariamente àqueles recebidos diretamente pelos fundos e entidades da administração indireta e representam, em sua maior parte, recursos com vinculação definida.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos, que estão aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de



transferências (convênios, contratos e operações de crédito) são aplicados de acordo com as determinações específicas das unidades concedentes.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

O Fundo Municipal de Educação de Condado, não foram evidenciados valores para créditos a curto prazo.

Nesse grupo de contas estão contabilizados, respeitado o regime de competência, os créditos tributários a receber originários de variações patrimoniais aumentativas tributárias e de contribuições, com expectativa de realização até 31.12.2025 e em exercícios seguintes (créditos parcelados não inscritos em dívida ativa).

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 20%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2025 segrega os créditos inscritos em dívida ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.



Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:

Os valores de Demais Créditos e valores a curto prazo corresponderam a R\$ 7.033,00 (Sete mil e trinta e três reais).

Adiantamentos Concedidos

Esta conta registra os valores de adiantamentos concedidos a pessoal



referentes a 1/3 de férias. O saldo em 31.12.2025 é composto por valores adiantados pelas empresas estatais dependentes a seus funcionários.

Créditos Previdenciários a Curto Prazo

Essa conta registra os valores de Créditos Previdenciários a Curto Prazo.

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo

Compreende os valores de depósitos e cauções em espécie efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo e em longo prazo, também compreendem créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, apresentando a seguinte composição analítica em 31.12.2025.

Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:

Não há valor evidenciado para o exercício, esse grupo de contas compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 6) ESTOQUE (NBC T SP 04 – Item 47):

Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

Nota 7) ATIVO NÃO CIRCULANTE:

Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo,



demais créditos e valores a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 20.954.140,24 (Vinte milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta reais e vinte e quatro centavos).

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA LONGO PRAZO

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 20%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2025 segrega os créditos inscritos em dívida ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.



A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 8) IMOBILIZADO:

O saldo do immobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 20.954.140,24 (Vinte milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta reais e vinte e quatro centavos). Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do Fundo a custo histórico.

O Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável está em processo de adequação pela Diretoria de Patrimônio, havendo evolução metodológica com relação ao percentual de depreciação e exaustão na proporção de 10%.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

Detalhamento do Immobilizado



Descrição da Conta	Valor
Bens Móveis	18.165.183,38
(-) Depreciação de Bens Móveis	1.816.518,33
Total Ajustado dos Bens Móveis	16.348.665,05
Bens Imóveis	5.117.194,65
(-) Amortização de Bens Imóveis	511.719,46
Total Ajustado dos Bens Imóveis	4.605.475,19
Total Liquido	20.954.140,24

Nota 9) INTANGÍVEL:

Não há saldo de intangível. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Nota 10) PASSIVO CIRCULANTE:

As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 1.097.566,20 (Um milhão, noventa e sete mil, quinhentos e sessenta e seis reais e vinte centavos).

Nota 11) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:

Grupo de contas do passivo circulante, que compreende obrigações do Município decorrentes de relação trabalhista, especialmente aquelas com vencimento posterior à data de encerramento do exercício.

São apropriados por competência os valores devidos de férias e 13º salário, além dos tributos relacionados a essas verbas.

Foi registrado ao final do exercício o valor correspondente a R\$ 128.614,05 (Cento e vinte e oito mil, seiscentos e quatorze reais e cinco centavos), das



obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar.

Nota 12) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:

Compreende os valores a pagar aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais do Fundo, consignando os débitos reconhecidos por competência, inclusive os valores parcelados e as decisões judiciais.

Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ 233.158,52 (Duzentos e trinta e três mil, cento e cinquenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), relativo a fornecedores e contas a pagar.

Detalhamento das Obrigações com Fornecedores e Contas a Pagar

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Fornecedores Nacionais	224.372,44	F
Contas a Pagar Credores Nacionais	8.786,08	F
Total Atributo Financeiro	233.158,52	F
Fornecedores Nacionais		

Nota 13) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:

Foi registrado no exercício o valor correspondente a R\$ 735.793,63 (Setecentos e trinta e cinco mil, setecentos e noventa e três reais e sessenta e três centavos), das demais obrigações a curto Prazo. O detalhamento das Consignações e Depósitos não judiciais encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Consignações	513.071,85	
Depósitos Não Judiciais		
Indenizações e Restituições		
Subvenções a Pagar	-	
Outras Valores Restituíveis	222.721,78	
Total com Atributo Financeiro	735.793,63	



Nota 14) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

As obrigações de longo prazo ao final do exercício não houve registros, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo e provisões a longo prazo.

Nota 15) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO:

Compreende os parcelamentos de dívidas e outros compromissos existentes a longo prazo, sem registro para o exercício.

Nota 16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO):

Não houve valores evidenciados no balanço para os empréstimos e financiamentos de longo prazo ao final do exercício.

Nota 17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O patrimônio líquido do Fundo de Educação compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, sendo segregado em patrimônio social, aquele pertencente às unidades da administração direta, autarquias, fundações, fundos e Câmara Municipal; capital social, aquele subscrito pelas empresas dependentes; reservas e os resultados acumulados.

O patrimônio líquido da entidade perfez ao final do exercício o valor de R\$ 21.362.856,85 (Vinte e um milhões, trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e cinco centavos). O Resultado do exercício foi R\$ 3.541.726,03 (Três milhões, quinhentos e quarenta e um mil, setecentos e vinte e seis reais e três centavos), superavitário.

Detalhamento do Patrimônio Líquido



Descrição da Conta	Valor
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	17.819.510,01
Resultado do Exercício	3.541.726,03
Ajuste de Exercícios Anteriores	1.620,81
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	21.362.856,85

Nota 18) ATIVO FINANCEIRO:

O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 1.506.282,81 (Um milhão, quinhentos e seis mil, duzentos e oitenta e dois reais e oitenta e um centavos).

Nota 19) ATIVO PERMANENTE:

O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 20.954.140,24 (Vinte milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta reais e vinte e quatro centavos).

Nota 20) PASSIVO FINANCEIRO:

O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros.

O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 1.097.566,20 (Um milhão, noventa e sete mil, quinhentos e sessenta e seis reais e vinte centavos), somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 0,00 (Zero reais) perfazem o total de R\$ 1.097.566,20 (Um ,milhão,



noventa e sete mil, quinhentos e sessenta e seis reais e vinte centavos).

Nota 21) PASSIVO PERMANENTE:

Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Para o exercício da Prestação, não houve registros.

Nota 22) SALDO PATRIMONIAL:

O total do saldo patrimonial do exercício foi superavitário em R\$ 21.362.856,85 (Vinte e um milhões, trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e cinco centavos).

Nota 23) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais passivos refere-se as Obrigações conveniados e outros instrumentos congêneres e das Obrigações contratuais a executar foi de R\$ 6.702.077,37 (Seis milhões, setecentos e dois mil, setenta e sete reais e trinta e sete centavos).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 24) QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64):

O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 408.716,61 (Quatrocentos e oito mil, setecentos e dezesseis reais e sessenta e um centavos), superavitário, o que poderá servir de abertura de créditos suplementares para o exercício seguinte.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE



RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros.

Quanto ao gerenciamento da aplicação das fontes/destinação de recursos, cabe aos ordenadores de despesa, seguir o controle por fonte de recursos existente e na programação financeira, evitando o comprometimento de fontes de recursos.

Ao setor contábil, cabe o registro dos atos e fatos realizados no período representando em suas demonstrações o que de fato ocorreu com o gerenciamento das fontes feitos pelos gestores.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do



usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

Informações relevantes sobre transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

Descrição de ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o balanço patrimonial:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de



Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível).

No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados.

Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial.

Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.

O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos.

Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.



Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Resolução TCE-PE):

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item da Resolução TCE-PE):

Não houve bens recebidos por doação no exercício.

Transferência de Ativos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item Anexo da Resolução TCE-PE):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico deduzidos os valores correspondentes a depreciação e amortização.

Relação de Provisões e Passivos Contingentes:



Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

Perdas da Dívida Ativa (NBC T SP 03 – item 97 e 98):

Não houve cancelamento de dívida ativa relevantes e ou concessão de descontos tributários que afetem a meta fiscal estabelecida na LDO.

Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário contratado pelo RPPS pelo atuário *LC Kogut –Assessoria e*



Consultoria Atuarial destacado acima na avaliação atuarial.

Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 10ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.



Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve recebimento de heranças, presentes e doações no exercício.

Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício

*PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS
PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº
548/2015:*

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Adoção de Procedimentos Internos no Sistema Orçamentário	Contador	-	Implantado

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos
-------------	--



encargos, multas e ajustes para perdas.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivos ajustes para perdas.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos Eventos, evidenciando os saldos dos ativos e passivos	Contador	-	Implantado

7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBIN DA SILVA FILHO, JEREMIE BARBOSA A VIEIRA
CPF: 090.434.8031-08847698
Assinatura: 090.434.8031-08847698



	bens			
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias./			
Subação	Produto	/Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência	Contador	-	Implantado
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, 13º salário, férias e etc	Contador	-	Implantado
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial	Contador	-	Implantado
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores	Contador	-	Implantado
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência	Contador	-	Implantado
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e	Reconhecimento, mensuração e	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALVARO DA SILVA FILHO, JULIERME FERREIRA FERREIRA, ROSA XAVIER
Acesse em: http://www.tcece.gov.br/ep/validador_documento.fc6b965-8b7f-44-8b-3e-740b8d7cc08



Patrimonial	evidenciação de ativos intangíveis			
-------------	------------------------------------	--	--	--

Ação 17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes	Contador	-	Implantado

Ação 18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Almoxarifado	-	Implantado

Ação 19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demais aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Depto. De Patrimônio	-	Implantado

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP

Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da Receita pelo valor bruto	Contador	-	Implantado

Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa com amortização; principal e encargos	Contador	-	Implantado

Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização de receitas e despesas previdenciárias	Contador	-	Implantado

Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro	Contabilização do	Contador	-	Implantado

Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA DA SILVA XAVIER
Acesse em: https://www.trf4.jus.br/epp/validarDocumento?seamCodigoDocumento:f6b6c46b-8b77-43a4-855f-e740b897bc08



Contábil	ativo, reconhecimento, encaminhamento e inscrição			
----------	---	--	--	--

Documento Assinado Eletronicamente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIENNE BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etcc.pec.br/ep/validaDocumento.aspx?CodigoDocumento=1c6b2467-8b74-4330-8b3f-e740b8d7bc08>

Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos principais fatos relacionados aos precatórios	Contador	-	Implantado

Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
				Não iniciada

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação				
Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação				
Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CONDADO
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2025)

Exercício de 2025

Pág.: 1

ISOLADO: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CONDADO

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE 1		389.914,19	448.024,05	PASSIVO CIRCULANTE 10		182.055,98	38.241,73
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 2		389.134,19	448.024,05	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E 11		21.246,72	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		389.134,19	448.024,05	ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO			
CONTA ÚNICA	F	167.183,69	365.721,06	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		21.246,72	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL	F	221.950,50	82.302,99	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	3.049,33	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO 3		0,00	0,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	18.197,39	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO 4		780,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		780,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO 12		117.491,26	9.048,85
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	780,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		117.491,26	9.048,85
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO 5		0,00	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F	117.191,26	9.048,85
ESTOQUES 6		0,00	0,00	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	300,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO BIOLÓGICO		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE 7		447.880,89	409.035,07	ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO 13		43.318,00	29.192,88
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS		43.318,00	29.192,88
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES	F	43.318,00	29.192,88
IMOBILIZADO 8		447.880,89	409.035,07	PASSIVO NAO-CIRCULANTE 14		0,00	0,00
BENS MOVEIS		485.386,72	409.035,07	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E 15		0,00	0,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	105.811,60	53.508,95	ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO			
BENS DE INFORMÁTICA	P	88.214,37	88.214,37	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO 16		0,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	130.025,28	111.165,28	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	25.454,17	25.454,17	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
VEÍCULOS	P	101.216,00	101.216,00	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	34.665,30	29.476,30	PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS IMÓVEIS		12.258,71	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	12.258,71	0,00	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-49.764,54	0,00	TOTAL PASSIVO		182.055,98	38.241,73
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-48.538,67	0,00				
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-1.225,87	0,00				
INTANGÍVEL 9		0,00	0,00				
DIFERIDO		0,00	0,00				
TOTAL		837.795,08	857.059,12				

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LIQUIDO 17		655.739,10	818.817,39
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00



Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesso em: https://etce.tee.pe.gov.br/gpp/vvalidaDoc.ssamCodigo.do documento: f6b6c4db-8b7b-43a4-8b3f-e1f40817b0c8

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CONDADO
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2025)

Exercício de 2025

Pág.: 2

ISOLADO: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CONDADO

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00
				AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00
				DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		655.739,10	818.817,39
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		655.739,10	818.817,39
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		-163.078,29	141.231,31
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		818.817,39	677.586,08
				(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		655.739,10	818.817,39
				TOTAL		837.795,08	857.059,12



Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesso em: https://etec.tce.pe.gov.br/epm/validaDoc.sesam Código do documento: f6b6c46b-8b7b-43a4-8b3f-e1f40b8d7bc08

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CONDADO
BALANÇO PATRIMONIAL
 DEZEMBRO(31/12/2025)

Exercício de 2025



Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO	18	389.914,19	448.024,05	PASSIVO FINANCEIRO (182.055,98)+RP não Proc.(2.463,47)	20	184.519,45	38.241,73
ATIVO PERMANENTE	19	447.880,89	409.035,07	PASSIVO PERMANENTE	21	0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL	22	653.275,63	818.817,39

Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f6b6c46b-8b7b-43a4-8b3f-e1f40b8d7bc08

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CONDADO
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2025)

Exercício de 2025

Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				23	ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		354.078,72	362.151,72	
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		12.000,00	20.073,00	
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		342.078,72	342.078,72	
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00	
ICIAIS		0,00	0,00	ICIAIS		0,00	0,00	
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00	
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		354.078,72	362.151,72	



Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://epec.tce-pe.gov.br/gpp/validarDocumento.aspx?Codigo=documento:fc6bc4db-8b7b-43a4-8b3f-e140b8d7bc08>

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CONDADO
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Exercício de 2025

DEZEMBRO(31/12/2025)

ISOLADO: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CONDADO

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		389.914,19	448.024,05	PASSIVO CIRCULANTE		182.055,98	38.241,73
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		389.134,19	448.024,05	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI		21.246,72	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		389.134,19	448.024,05	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		21.246,72	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL		221.950,50	82.302,99	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)		3.049,33	0,00
CONTA ÚNICA		167.183,69	365.721,06	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		18.197,39	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		780,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		117.491,26	9.048,85
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		780,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		117.491,26	9.048,85
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		780,00	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS		117.191,26	9.048,85
TOTAL		389.914,19	448.024,05	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS		300,00	0,00
				ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO P		43.318,00	29.192,88
				VALORES RESTITUÍVEIS		43.318,00	29.192,88
				CONSIGNAÇÕES		43.318,00	29.192,88
				EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR		2.463,47	0,00
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		2.463,47	0,00
				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		2.463,47	0,00
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		2.463,47	0,00
				TOTAL		184.519,45	38.241,73



Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://portal.pe.gov.br/epm/validaDocumento.aspx?CodigoDoDocumento=f6b6c46b-8b7b-43a4-8b3f-e140b8d7bc08>

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CONDADO
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Exercício de 2025

DEZEMBRO(31/12/2025)

ISOLADO: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CONDADO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE		447.880,89	409.035,07				
IMOBILIZADO		447.880,89	409.035,07				
BENS MOVEIS		485.386,72	409.035,07				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		105.811,60	53.508,95				
BENS DE INFORMÁTICA		88.214,37	88.214,37				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		130.025,28	111.165,28				
VEÍCULOS		101.216,00	101.216,00				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		25.454,17	25.454,17				
DEMAIS BENS MÓVEIS		34.665,30	29.476,30				
BENS IMÓVEIS		12.258,71	0,00				
DEMAIS BENS IMÓVEIS		12.258,71	0,00				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-49.764,54	0,00				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-48.538,67	0,00				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		-1.225,87	0,00				
TOTAL		447.880,89	409.035,07				



Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://portal.cte.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f6b6c46b-8b7b-43a4-8b3f-e140b8d7bc08

Pág.:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CONDADO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2025)

Pág.: 1

Exercício de 2025

ISOLADO: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CONDADO

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXX) 24		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	205.394,74	409.782,32
15000000	Recursos não Vinculados de Impostos (Recursos do Exercício Corrente)	-317.250,00	0,00
15001002	Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde (Recursos do Exercício Corrente)	117.366,79	0,00
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	172.585,96	19.627,22
16000000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	-67.482,29	764,47
16020000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0. (Recursos do Exercício Corrente)	11,70	11,50
16600000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (Recursos do Exercício Corrente)	-748.175,39	239.610,69
16610000	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social (Recursos do Exercício Corrente)	114.143,99	131.737,00
16650000	Transferências de Convênios - Assistência Social (Recursos do Exercício Corrente)	-2.490,00	0,00
16690000	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social (Recursos do Exercício Corrente)	13.323,05	12.026,02
17070000	Transferências da União – inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020 (Recursos do Exercício Corrente)	727,07	707,96
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	915.176,74	3.390,61
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	1.343,58	1.250,13
26600000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (Recursos de Exercícios Anteriores)	656,72	656,72
27000000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União (Recursos de Exercícios Anteriores)	28.000,00	0,00
TOTAL		205.394,74	409.782,32



Fundo Municipal de Assistência Social Município de Condado

Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial Isolado

Demonstração Contábil Isolada
Resolução Nº 299/2025



Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: fc6bc46b-8b7b-43a4-8b3f-e740b8d7bc08

2025



NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL ISOLADO

Conforme Anexo da Resolução 299/2025

O Balanço Patrimonial foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012. As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro por fonte de recurso.

O Fundo Municipal de Assistência Social concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo Público" possui como atividade principal "Administração pública em geral".

Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço



público e infraestrutura urbana.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos. A natureza de suas operações deriva de repasses dos governos federal, receitas de Convênios e Aportes do Tesouro Municipal.

Bases de mensuração utilizadas:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para "Financeiro", e (P), para "Permanente", conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de



natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro.

Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

ISOLADO: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CONDADO

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXX)		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	285.394,74	499.782,32
15000000	Recursos não Vinculados de Impostos (Recursos do Exercício Corrente)	-317.250,00	0,00
15001002	Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde (Recursos do Exercício Corrente)	117.366,79	0,00
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	172.585,96	19.627,22
16000000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	-67.482,29	764,47
16020000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CB (Recursos do Exercício Corrente)	11,70	11,50
16600000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (Recursos do Exercício Corrente)	-748.175,39	239.610,69
16610000	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social (Recursos do Exercício Corrente)	114.143,99	131.737,00
16650000	Transferências de Convênios - Assistência Social (Recursos do Exercício Corrente)	-2.490,00	0,00
16690000	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social (Recursos do Exercício Corrente)	13.323,05	12.026,02
17070000	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020 (Recursos do Exercício Corrente)	727,07	707,96
18090000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	915.176,74	3.390,61
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	1.343,58	1.250,13
20600000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (Recursos de Exercícios Anteriores)	656,72	656,72
27000000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneros da União (Recursos de Exercícios Anteriores)	28.000,00	0,00
TOTAL		285.394,74	499.782,32

Em atendimento a Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TCE-PE, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária.

Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas



orçamentariamente para cada caso.

Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.

A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

As contas intituladas no grupo "Caixa e equivalentes de caixa" são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo "Créditos e valores a curto prazo" são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos "Créditos tributários" foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa lançado em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

As contas intituladas "Estoques", são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram



disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

As contas intituladas no grupo "Imobilizado" foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

As contas classificadas no grupo "Intangível", foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo "Empréstimos e financiamentos", foram avaliadas observando-se o seguinte critério: pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;

Em atendimento as exigências previstas na Portaria MPS, as contas classificadas como "Provisões Matemáticas Previdenciárias", foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 14, dentre os quais a mensuração a valor presente.

Estes registros intitulados de "passivos atuariais", referentes ao Regime



Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário contratado pelo RPPS.

Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial do exercício de 2025, seguindo os critérios destacados das referências cruzadas do Passivo Não Circulante constante nesta nota explicativa.

Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Créditos a Curto Prazo Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso



normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária,



independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante



Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de



exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. Ações / Cotas em Tesouraria Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro



Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento.

Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para



abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público



e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação Contábil da STN.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as "provisões matemáticas previdenciárias"

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentária adotado pelo Fundo Municipal de Assistência Social é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2025.

As entidades abrangidas.



A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Fundo Municipal de Assistência Social de Condado-PE.

Referências Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 389.914,19 (Trezentos e oitenta e nove mil, novecentos e quatorze reais e dezenove centavos), compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para a venda e variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas ao final do exercício somam R\$ 389.134,19 (Trezentos e oitenta e nove mil, cento e trinta e quatro reais e dezenove centavos).

Quadro de Detalhamento das Disponibilidades

Especificação	Saldo em 31/12/2025
Conta Única	167.183,69
Conta RPPS	
Outras Contas	
Aplicações Financeiras	221.950,50
Depositos Restituíveis e Valores Vinculados	
Total	389.134,19

Além das informações seguintes, apostas de forma resumida, importante mencionar que fazem parte da prestação de contas consolidada os cadernos e relatórios de conciliação bancária, que detalham os valores financeiros registrados contabilmente.

Esse relatório teve sua construção e análise fundamentadas nos seguintes



documentos:

O relatório Boletim de Caixa – produzido pela Tesouraria Municipal - que nos traz os saldos de acordo com a classificação contábil das contas: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Santander, Aplicação Financeira e Conta Arrecadação BB; Contas RPPS e demais contas.

Importante esclarecer que foram registrados como caixa e equivalente de caixa apenas dos valores em espécie e aquelas aplicações financeiras de curtíssimo prazo, com possibilidade de resgate para conversão em espécie.

Ao final do exercício de 2025, nenhuma das contas movimentadas pelo Poder executivo possuía pendências não resolvidas, sendo demonstrado nos relatórios contábeis o exato montante dos saldos financeiros.

Conta Única – RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). As disponibilidades do RPPS encontram-se demonstradas de forma individualizada na unidade orçamentária.

Outras Contas Movimento

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais e contratuais.

Esses recursos correspondem majoritariamente àqueles recebidos diretamente pelos fundos e entidades da administração indireta e representam, em sua maior parte, recursos com vinculação definida.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos, que estão aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios, contratos e operações de crédito) são aplicados de acordo com as determinações específicas das unidades concedentes.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

O Fundo Municipal de Assistência Social de Condado, não foram



evidenciados valores para créditos a curto prazo.

Nesse grupo de contas estão contabilizados, respeitado o regime de competência, os créditos tributários a receber originários de variações patrimoniais aumentativas tributárias e de contribuições, com expectativa de realização até 31.12.2025 e em exercícios seguintes (créditos parcelados não inscritos em dívida ativa).

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 20%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2025 segrega os créditos inscritos em dívida ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada,



mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:

O valor registrado foi de R\$ 780,00 em Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

Adiantamentos Concedidos

Esta conta registra os valores de adiantamentos concedidos a pessoal referentes a 1/3 de férias. O saldo em 31.12.2025 é composto por valores adiantados pelas empresas estatais dependentes a seus funcionários.

Créditos Previdenciários a Curto Prazo

Essa conta registra os valores de Créditos Previdenciários a Curto Prazo.



Outros Créditos a Receber a Curto Prazo

Compreende os valores de depósitos e cauções em espécie efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo e em longo prazo, também compreendem créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, apresentando a seguinte composição analítica em 31.12.2025.

Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:

Não há valor evidenciado para o exercício, esse grupo de contas compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 6) ESTOQUE (NBC T SP 04 – Item 47):

Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

Nota 7) ATIVO NÃO CIRCULANTE:

Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, demais créditos e valores a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 447.880,89 (Quatrocentos e quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta reais e oitenta e nove centavos).

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA LONGO PRAZO



Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 20%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2025 segrega os créditos inscritos em dívida ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os



seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 8) IMOBILIZADO:

O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 447.880,89 (Quatrocentos e quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta reais e oitenta e nove centavos). Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

O Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável está em processo de adequação pela Diretoria de Patrimônio, havendo evolução metodológica com relação ao percentual de depreciação e exaustão na proporção de 10%.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

Detalhamento do Imobilizado

Descrição da Conta	Valor
Bens Móveis	485.386,72
(-) Depreciação de Bens Móveis	48.538,67
Total Ajustado dos Bens Móveis	436.848,05
Bens Imóveis	12.258,71
(-) Amortização de Bens Imóveis	1.225,87
Total Ajustado dos Bens Imóveis	11.032,84
Total Líquido	447.880,89

Nota 9) INTANGÍVEL:



Não há saldo de intangível. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Nota 10) PASSIVO CIRCULANTE:

As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 182.055,98 (Cento e oitenta e dois mil, cinquenta e cinco reais e noventa e oito centavos).

Nota 11) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:

Grupo de contas do passivo circulante, que compreende obrigações do Município decorrentes de relação trabalhista, especialmente aquelas com vencimento posterior à data de encerramento do exercício.

São apropriados por competência os valores devidos de férias e 13º salário, além dos tributos relacionados a essas verbas.

Houve o registro de valores na casa de R\$ 21.246,72 (Vinte e um mil, duzentos e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos), das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final do exercício.

Nota 12) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:

Compreende os valores a pagar aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais do Fundo, consignando os débitos reconhecidos por competência, inclusive os valores parcelados e as decisões judiciais.

Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ 117.491,26



(Cento e dezessete mil, quatrocentos e noventa e um reais e vinte e seis centavos), relativo a fornecedores e contas a pagar.

Detalhamento das Obrigações com Fornecedores e Contas a Pagar

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Fornecedores Nacionais	117.191,26	F
Contas a Pagar Credores Nacionais	300,00	F
Total Atributo Financeiro	117.491,26	F
Fornecedores Nacionais		

Nota 13) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:

Foi registrado o valor de R\$ 43.318,00 (Quarenta e três mil, trezentos e dezoito reais) de demais obrigações a curto Prazo. O detalhamento das Consignações e Depósitos não judiciais encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Consignações	43.318,00	F
Depósitos Não Judiciais		
Indenizações e Restituições		
Subvenções a Pagar	-	
Outras Consignações		
Total com Atributo Financeiro		

Nota 14) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

As obrigações de longo prazo ao final do exercício não houve registros, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo e provisões a longo prazo.

Nota 15) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO:



Compreende os parcelamentos de dívidas e outros compromissos existentes a longo prazo, sem registro para o exercício.

Nota 16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO):

Não houve valores evidenciados no balanço para os empréstimos e financiamentos de longo prazo ao final do exercício.

Nota 17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O patrimônio líquido do Fundo compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, sendo segregado em patrimônio social, aquele pertencente às unidades da administração direta, autarquias, fundações, fundos e Câmara Municipal; capital social, aquele subscrito pelas empresas dependentes; reservas e os resultados acumulados.

O patrimônio líquido da entidade perfaz ao final do exercício o valor de R\$ 655.739,10 (Seiscentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e trinta e nove reais e dez centavos). O Resultado do exercício foi R\$ 163.078,29 (Cento e sessenta e três mil, setenta e oito reais e vinte e nove centavos) deficitário.

Detalhamento do Patrimônio Líquido

Descrição da Conta	Valor
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	818.817,39
Resultado do Exercício	- 163.078,29
Ajuste de Exercícios Anteriores	-
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	655.739,10

Nota 18) ATIVO FINANCEIRO:

O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numéricos. O



valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 389.914,19 (Trezentos e oitenta e nove mil, novecentos e quatorze reais e dezenove centavos).

Nota 19) ATIVO PERMANENTE:

O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 447.880,89 (Quatrocentos e quarenta e sete mil, oitocentos e oitenta reais e oitenta e nove centavos).

Nota 20) PASSIVO FINANCEIRO:

O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros.

O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 182.055,98 (Cento e oitenta e dois mil, cinquenta e cinco reais e noventa e oito centavos), somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 2.463,47 (Dois mil, quatrocentos e sessenta e três reais e quarenta e sete centavos) perfazem o total de R\$ 184.519,45 (Cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e dezenove reais e quarenta e cinco centavos).

Nota 21) PASSIVO PERMANENTE:

Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Para o exercício da Prestação, não houve registros.

Nota 22) SALDO PATRIMONIAL:

O total do saldo patrimonial do exercício foi deficitário em R\$ 653.275,63



(Seiscentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e três centavos).

Nota 23) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais passivos refere-se as Obrigações conveniados e outros instrumentos congêneres e das Obrigações contratuais a executar foi de R\$ 354.078,72 (Trezentos e cinquenta e quatro mil, setenta e oito reais e setenta e dois centavos).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 24) QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64):

O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 205.394,74 (Duzentos e cinco mil, trezentos e noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos), superavitário, o que poderá servir de abertura de créditos suplementares para o exercício seguinte.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros.

Quanto ao gerenciamento da aplicação das fontes/destinação de recursos, cabe aos ordenadores de despesa, seguir o controle por fonte de recursos existente e na programação financeira, evitando o comprometimento de fontes



de recursos.

Ao setor contábil, cabe o registro dos atos e fatos realizados no período representando em suas demonstrações o que de fato ocorreu com o gerenciamento das fontes feitos pelos gestores.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou



controle cambial:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

Informações relevantes sobre transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

Descrição de ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o balanço patrimonial:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível).

No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e



assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados.

Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial.

Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.

O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos.

Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Resolução TCE-PE):

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item da Resolução TCE-PE):

Não houve bens recebidos por doação no exercício.



Transferência de Ativos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item Anexo da Resolução TCE-PE):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico deduzidos os valores correspondentes a depreciação e amortização.

Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.



Perdas da Dívida Ativa (NBC T SP 03 – item 97 e 98):

Não houve cancelamento de dívida ativa relevantes e ou concessão de descontos tributários que afetem a meta fiscal estabelecida na LDO.

Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário contratado pelo RPPS pelo atuário *LC Kogut –Assessoria e Consultoria Atuarial* destacado acima na avaliação atuarial.

Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 10ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou



informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve recebimento de heranças, presentes e doações no exercício.

Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):



Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício.

*PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS
PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº
548/2015:*

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Adoção de Procedimentos Internos no Sistema Orçamentário	Contador	-	Implantado

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime	Contador	-	Implantado



Documento Assinado Digitalmente por SEVERINO ALBINO DA SILVA ALHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <http://efccce.de.gov.br/validador/seam> Código do documento: 1669-46b-8b7b-43ad-3b3f-e740d9d17bc08

	de competência			
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos Eventos, evidenciando os saldos dos ativos e passivos	Contador	-	Implantado
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias./			
Subação	Produto	/Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência	Contador	-	Implantado
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das	Contador	-	Implantado



	obrigações por competência, 13 salário, férias e etc			
--	--	--	--	--

Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
-------------	---	--	--	--

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial	Contador	-	Implantado

Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
-------------	---	--	--	--

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores	Contador	-	Implantado

Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
-------------	---	--	--	--

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência	Contador	-	Implantado

Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
-------------	--	--	--	--

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
-------------	---	--	--	--

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
-------------	---	--	--	--

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes	Contador	-	Implantado

Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
-------------	--	--	--	--

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos	Contador e Almoxarifado	-	Implantado

Documentário Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <http://efcc.tce.ce.gov.br/ppp/validaDocumento.aspx?CodigoDocumento=10c46b-849-43a4-bb3f-540b8111bc08>



	procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP			
--	---	--	--	--

19. Reconhecimento, mensuração e evidência dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demais aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Depto. De Patrimônio	-	Implantado

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da Receita pelo valor bruto	Contador	-	Implantado

Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa com amortização; principal e encargos	Contador	-	Implantado

Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização de receitas e despesas previdenciárias	Contador	-	Implantado

Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização do ativo, reconhecimento, encaminhamento e inscrição	Contador	-	Implantado

Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATÓRIOS				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos principais fatos relacionados aos precatórios	Contador	-	Implantado

Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
				Não iniciada

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			

Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIENE BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validarDoc.sejm>
Código do Documento: f66dc461-7b7d-434e-93b3f-e4f40b8dd778

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2025)



Exercício de 2025

Pág.: 2

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
BENS IMÓVEIS		1.164.401,14	710.473,92	PATRIMÔNIO LÍQUIDO 17		11.485.138,98	4.079.633,83
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	408.797,07	408.797,07	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
INSTALAÇÕES	P	87.307,88	87.307,88	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	668.296,19	214.368,97	RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-568.492,89	0,00	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-452.052,78	0,00	RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-116.440,11	0,00	DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
INTANGÍVEL 9		0,00	0,00	RESULTADOS ACUMULADOS		11.485.138,98	4.079.633,83
DIFERIDO		0,00	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		11.485.138,98	4.079.633,83
TOTAL		14.155.111,23	5.930.222,56	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		7.405.505,15	-126.815,31
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		4.079.633,83	4.206.449,14
				(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.485.138,98	4.079.633,83
				TOTAL		14.155.111,23	5.930.222,56

Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesso em: https://etec.ices.pe.gov.br/gpp/vvalidaDoc.ssgamCódigo do documento: f6b6c46b-8b7b-43a4-8b3f-e1f40b8d7bc08

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO
BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2025)

Exercício de 2025



Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO	18	8.765.443,52	1.213.948,35	PASSIVO FINANCEIRO (2.669.972,25)+RP não Proc.(1.605,74)	20	2.671.577,99	1.850.588,73
ATIVO PERMANENTE	19	5.389.667,71	4.716.274,21	PASSIVO PERMANENTE	21	0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL	22	11.483.533,24	4.079.633,83

Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f6b6c46b-8b7b-43a4-8b3f-e1f40b8d7bc08

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2025)

Exercício de 2025



Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				23	ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		8.791.054,58	8.791.054,58	
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		8.791.054,58	8.791.054,58	
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00	
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	
ICIAIS		0,00	0,00	ICIAIS		0,00	0,00	
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00	
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		8.791.054,58	8.791.054,58	

Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
 Acesse em: <https://etec.tce-pc.gov.br/gpp/validaDoc.aspx?Codigo=documento:fc6bc46b-8b7b-43a4-8b3f-e140b8d7bc08>



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Exercício de 2025

DEZEMBRO(31/12/2025)

ISOLADO: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO

Pág.:

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		273.231,61	132.236,96				
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		11.385,23	11.385,23				
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - A RECEBER		11.385,23	11.385,23				
OUTROS DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		11.385,23	11.385,23				
ESTOQUES		261.846,38	120.851,73				
ALMOXARIFADO		261.846,38	120.851,73				
MATERIAL DE CONSUMO		64.023,68	64.023,68				
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES		193.984,25	52.989,60				
MATERIAL DE EXPEDIENTE		3.838,45	3.838,45				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		5.116.436,10	4.584.037,25				
IMOBILIZADO		5.116.436,10	4.584.037,25				
BENS MOVEIS		4.520.527,85	3.873.563,33				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		1.066.642,34	973.176,82				
BENS DE INFORMÁTICA		197.249,90	197.249,90				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		423.077,34	423.077,34				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		10.335,19	10.335,19				
VEÍCULOS		1.814.917,00	1.534.917,00				
ARMAMENTOS		4.499,00	0,00				
DEMAIS BENS MÓVEIS		1.003.807,08	734.807,08				
BENS IMÓVEIS		1.164.401,14	710.473,92				
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO		408.797,07	408.797,07				
INSTALAÇÕES		87.307,88	87.307,88				
DEMAIS BENS IMÓVEIS		668.296,19	214.368,97				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-568.492,89	0,00				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-452.052,78	0,00				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		-116.440,11	0,00				
TOTAL		5.389.667,71	4.716.274,21				

Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://pt.cte.br/pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f6b6c46b-8b7b-43a4-8b3f-e140b8d7bc08

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2025)

ISOLADO: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO

Exercício de 2025

Pág.: 1

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX) 24		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	6.093.865,53	-636.640,38
15000000	Recursos não Vinculados de Impostos (Recursos do Exercício Corrente)	-226.635,46	0,00
15001002	Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde (Recursos do Exercício Corrente)	-1.360.659,82	-605.667,69
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	707.974,37	0,00
16000000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	2.178.613,43	-324.985,94
16010000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	2.042.554,13	193.091,02
16020000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0. (Recursos do Exercício Corrente)	6.280,08	6.280,08
16040000	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (Recursos do Exercício Corrente)	1.039.051,39	210.223,39
16050000	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem (Recursos do Exercício Corrente)	-277.625,50	0,00
16210000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual (Recursos do Exercício Corrente)	2.071,86	2.071,86
16220000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais (Recursos do Exercício Corrente)	3.401,63	3.401,63
16310000	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	18.707,37	16.624,95
16330000	Transferências de Municípios referentes a Convênios Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	411,09	411,09
16590000	Outros Recursos Vinculados à Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	290.729,86	62.942,59
17003110	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Recursos de Emendas Parlamentares Individuais (Recursos do Exercício Corrente)	2.300.000,00	0,00
17040000	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais (Recursos do Exercício Corrente)	-3.085,56	0,00
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-332.337,49	-428.168,90
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	50.363,15	49.403,48
26000000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Recursos de Exercícios Anteriores)	32.668,11	32.668,11
26010000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (Recursos de Exercícios Anteriores)	8.087,87	101.553,39
26020000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0. (Recursos de Exercícios Anteriores)	20.710,35	20.710,35
26590000	Outros Recursos Vinculados à Saúde (Recursos de Exercícios Anteriores)	22.800,21	22.800,21



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2025)

ISOLADO: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO

Exercício de 2025

Pág.: 2

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)	Nota	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
TOTAL		6.093.865,53	-636.640,38





Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: fc6bc46b-8b7b-43a4-8b3f-e740b8d7bc08

Fundo Municipal de Saúde
Município de Condado

Notas Explicativas ao Balanço
Patrimonial Isolado

Demonstração Contábil Isolada
Resolução Nº 299/2025

2025



NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL ISOLADO

Conforme Anexo da Resolução 299/2025

O Balanço Patrimonial foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012. As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro por fonte de recurso.

O Fundo Municipal de Saúde concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 "Fundo Público" possui como atividade principal "Administração pública em geral".

Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana.



Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos. A natureza de suas operações deriva de repasses dos governos federal, receitas de Convênios e Aportes do Tesouro Municipal.

Bases de mensuração utilizadas:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para "Financeiro", e (P), para "Permanente", conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo



“F” de financeiro.

Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

ISOLADO: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINARIO	6.093.865,53	-636.640,38
15000000	Recursos não Vinculados de Impostos (Recursos do Exercício Corrente)	-226.635,46	0,00
15001002	Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde (Recursos do Exercício Corrente)	-1.360.659,82	-605.667,69
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	707.974,37	0,00
16000000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	2.178.613,43	-324.985,94
16010000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	2.042.554,13	193.091,02
16020000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0. (Recursos do Exercício Corrente)	6.280,08	6.280,08
16040000	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (Recursos do Exercício Corrente)	1.039.051,39	210.223,39
16050000	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem (Recursos do Exercício Corrente)	-277.625,50	0,00
16210000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual (Recursos do Exercício Corrente)	2.071,86	2.071,86
16220000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais (Recursos do Exercício Corrente)	3.401,63	3.401,63
16310000	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	18.707,37	16.624,95
16330000	Transferências de Municípios referentes a Convênios Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	411,09	411,09
16590000	Outros Recursos Vinculados à Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	290.729,86	62.942,59
17003110	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Recursos de Emendas Parlamentares Individuais (Recursos do Exercício Corrente)	2.300.000,00	0,00
17040000	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais (Recursos do Exercício Corrente)	-3.085,56	0,00
18990000	Outros recursos extraparamentários (Recursos do Exercício Corrente)	-332.337,49	-428.168,90
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	50.363,15	49.403,48
26000000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Recursos de Exercícios Anteriores)	32.668,11	32.668,11
26010000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (Recursos de Exercícios Anteriores)	8.087,87	101.553,39
26020000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0. (Recursos de Exercícios Anteriores)	20.710,35	20.710,35
26590000	Outros Recursos Vinculados à Saúde (Recursos de Exercícios Anteriores)	22.800,21	22.800,21

Em atendimento a Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TCE-PE, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as



transações recíprocas de natureza intraorçamentária.

Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.

A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

As contas intituladas no grupo "Caixa e equivalentes de caixa" são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo "Créditos e valores a curto prazo" são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos "Créditos tributários" foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa lançado em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.



As contas intituladas "Estoques", são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

As contas intituladas no grupo "Imobilizado" foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

As contas classificadas no grupo "Intangível", foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo "Empréstimos e financiamentos", foram avaliadas observando-se o seguinte critério: pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o



fechamento do exercício;

Em atendimento as exigências previstas na Portaria MPS, as contas classificadas como "Provisões Matemáticas Previdenciárias", foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 14, dentre os quais a mensuração a valor presente.

Estes registros intitulados de "passivos atuariais", referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário contratado pelo RPPS.

Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial do exercício de 2025, seguindo os critérios destacados das referências cruzadas do Passivo Não Circulante constante nesta nota explicativa.

Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Créditos a Curto Prazo Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários,



não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.



Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade



de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações,



com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.



Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. Ações / Cotas em Tesouraria Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento.

Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.



Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards



(IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação Contábil da STN.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as "provisões matemáticas previdenciárias"

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentária adotado pelo Fundo Municipal de Saúde é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).



O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2025.

As entidades abrangidas.

A entidade pública abrangida pela Demonstração é o Fundo Municipal de Saúde de Condado-PE.

Referências Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 9.038.675,13 (Nove milhões, trinta e oito mil, seiscentos e setenta e cinco reais e treze centavos), compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para a venda e variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas ao final do exercício somam R\$ 8.578.560,54 (Oito milhões, quinhentos e setenta e oito mil, quinhentos e sessenta reais e cinquenta e quatro centavos).

Quadro de Detalhamento das Disponibilidades

Especificação	Saldo em 31/12/2025
Conta Única	7.769.082,20
Conta RPPS	
Outras Contas	
Aplicações Financeiras	809.478,34
Depositos Restituíveis e Valores Vinculados	
Total	8.578.560,54



Além das informações seguintes, apostas de forma resumida, importante mencionar que fazem parte da prestação de contas consolidada os cadernos e relatórios de conciliação bancária, que detalham os valores financeiros registrados contabilmente.

Esse relatório teve sua construção e análise fundamentadas nos seguintes documentos:

O relatório Boletim de Caixa – produzido pela Tesouraria Municipal - que nos traz os saldos de acordo com a classificação contábil das contas: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Santander, Aplicação Financeira e Conta Arrecadação BB; Contas RPPS e demais contas.

Importante esclarecer que foram registrados como caixa e equivalente de caixa apenas dos valores em espécie e aquelas aplicações financeiras de curtíssimo prazo, com possibilidade de resgate para conversão em espécie.

Ao final do exercício de 2025, nenhuma das contas movimentadas pelo Poder executivo possuía pendências não resolvidas, sendo demonstrado nos relatórios contábeis o exato montante dos saldos financeiros.

Conta Única – RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). As disponibilidades do RPPS encontram-se demonstradas de forma individualizada na unidade orçamentária.

Outras Contas Movimento

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais e contratuais.

Esses recursos correspondem majoritariamente àqueles recebidos diretamente pelos fundos e entidades da administração indireta e representam, em sua maior parte, recursos com vinculação definida.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos, que estão aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de



transferências (convênios, contratos e operações de crédito) são aplicados de acordo com as determinações específicas das unidades concedentes.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

O Fundo Municipal de Saúde de Condado, não foram evidenciados valores para créditos a curto prazo.

Nesse grupo de contas estão contabilizados, respeitado o regime de competência, os créditos tributários a receber originários de variações patrimoniais aumentativas tributárias e de contribuições, com expectativa de realização até 31.12.2024 e em exercícios seguintes (créditos parcelados não inscritos em dívida ativa).

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 20%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2025 segrega os créditos inscritos em dívida ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.



Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:

Os valores de Demais Créditos e valores a curto prazo corresponderam a R\$ 198.268,21 (Cento e noventa e oito mil, duzentos e sessenta e oito reais e vinte e um centavos).

Adiantamentos Concedidos



Esta conta registra os valores de adiantamentos concedidos a pessoal referentes a 1/3 de férias. O saldo em 31.12.2025 é composto por valores adiantados pelas empresas estatais dependentes a seus funcionários.

Créditos Previdenciários a Curto Prazo

Essa conta registra os valores de Créditos Previdenciários a Curto Prazo.

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo

Compreende os valores de depósitos e cauções em espécie efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo e em longo prazo, também compreendem créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, apresentando a seguinte composição analítica em 31.12.2025.

Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:

Não há valor evidenciado para o exercício, esse grupo de contas compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 6) ESTOQUE (NBC T SP 04 – Item 47):

O saldo do estoque ao final do exercício foi de R\$ 261.846,38 (Duzentos e sessenta e um mil, oitocentos e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos), ao qual representam o controle de almoxarifado estabelecido pela Portaria STN nº 548/2015, representando quase em sua totalidade para Material de Consumo diversos.



Nota 7) ATIVO NÃO CIRCULANTE:

Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, demais créditos e valores a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 5.116.436,10 (Cinco milhões, cento e dezesseis mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dez centavos).

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA LONGO PRAZO

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 20%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2025 segrega os créditos inscritos em dívida ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidênciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.



Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 8) IMOBILIZADO:

O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 5.116.436,10 (Cinco milhões, cento e dezesseis mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dez centavos). Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do Fundo a custo histórico.

O Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável está em processo de adequação pela Diretoria de Patrimônio, havendo evolução metodológica com relação ao percentual de depreciação e exaustão na proporção de 10%.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

Detalhamento do Imobilizado



Descrição da Conta	Valor
Bens Móveis	4.520.527,85
(-) Depreciação de Bens Móveis	452.052,78
Total Ajustado dos Bens Móveis	4.068.475,07
Bens Imóveis	1.164.401,14
(-) Amortização de Bens Imóveis	116.440,11
Total Ajustado dos Bens Imóveis	1.047.961,03
Total Liquido	5.116.436,10

Nota 9) INTANGÍVEL:

Não há saldo de intangível. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Nota 10) PASSIVO CIRCULANTE:

As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 2.669.972,25 (Dois milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, novecentos e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos).

Nota 11) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:

Grupo de contas do passivo circulante, que compreende obrigações do Município decorrentes de relação trabalhista, especialmente aquelas com vencimento posterior à data de encerramento do exercício.

São apropriados por competência os valores devidos de férias e 13º salário, além dos tributos relacionados a essas verbas.

Foi registrado ao final do exercício o valor correspondente a R\$ 286.055,98 (Duzentos e oitenta seis mil, cinquenta e cinco reais e noventa e oito centavos),



das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar.

Nota 12) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:

Compreende os valores a pagar aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais do Município, consignando os débitos reconhecidos por competência, inclusive os valores parcelados e as decisões judiciais.

Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ 1.513.381,28 (Um Milhão, quinhentos e treze mil, trezentos e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), relativo a fornecedores e contas a pagar.

Detalhamento das Obrigações com Fornecedores e Contas a Pagar

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Fornecedores Nacionais	1.507.230,92	F
Contas a Pagar Credores Nacionais	6.150,36	F
Total Atributo Financeiro	1.513.381,28	F
Fornecedores Nacionais		

Nota 13) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:

Foi registrado no exercício o valor correspondente a R\$ 870.534,99 (Oitocentos e setenta mil, quinhentos e trinta e quatro reais e noventa e nove centavos), das demais obrigações a curto Prazo. O detalhamento das Consignações e Depósitos não judiciais encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Consignações	862.015,04	
Depósitos Não Judiciais	8.519,95	
Indenizações e Restituições		
Subvenções a Pagar	-	
Outras Consignações		
Total com Atributo Financeiro	870.534,99	



Nota 14) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

As obrigações de longo prazo ao final do exercício não houve registros, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo e provisões a longo prazo.

Nota 15) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO:

Compreende os parcelamentos de dívidas e outros compromissos existentes a longo prazo, sem registro para o exercício.

Nota 16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO):

Não houve valores evidenciados no balanço para os empréstimos e financiamentos de longo prazo ao final do exercício.

Nota 17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O patrimônio líquido do Fundo de Saúde compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, sendo segregado em patrimônio social, aquele pertencente às unidades da administração direta, autarquias, fundações, fundos e Câmara Municipal; capital social, aquele subscrito pelas empresas dependentes; reservas e os resultados acumulados.

O patrimônio líquido da entidade perfez ao final do exercício o valor de R\$ 11.485.138,98 (Onze milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, cento e trinta e oito reais e noventa e oito centavos). O Resultado do exercício foi R\$ 7.405.505,15 (Sete milhões, quatrocentos e cinco mil, quinhentos e cinco reais e quinze centavos), superavitário.

Detalhamento do Patrimônio Líquido



Descrição da Conta	Valor
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	4.079.633,83
Resultado do Exercício	7.405.505,15
Ajuste de Exercícios Anteriores	-
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	11.485.138,98

Nota 18) ATIVO FINANCEIRO:

O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 8.765.443,52 (Oito milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

Nota 19) ATIVO PERMANENTE:

O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 5.389.667,71 (Cinco milhões, trezentos e oitenta e nove mil, seiscentos e sessenta e sete reais e setenta e um centavos).

Nota 20) PASSIVO FINANCEIRO:

O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros.

O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 2.669.972,25 (Dois milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, novecentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos), somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 1.605,74 (Um mil, seiscentos e cinco reais e setenta e quatro centavos) perfazem o total de R\$ 2.671.577,99 (Dois milhões,



seiscentos e setenta e um mil, quinhentos e setenta e sete reais e noventa e nove centavos).

Nota 21) PASSIVO PERMANENTE:

Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Para o exercício da Prestação, não houve registros.

Nota 22) SALDO PATRIMONIAL:

O total do saldo patrimonial do exercício foi superavitário em R\$ 11.483.533,24 (Onze milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, quinhentos e trinta e três reais e vinte e quatro centavos).

Nota 23) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais passivos refere-se as Obrigações conveniados e outros instrumentos congêneres e das Obrigações contratuais a executar foi de R\$ 8.791.054,58 (Oito milhões, setecentos e noventa e um mil, cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 24) QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64):

O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 6.093.865,53 (Seis milhões, noventa e três mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), superavitário, o que poderá servir de abertura de créditos suplementares para o exercício seguinte.



NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros.

Quanto ao gerenciamento da aplicação das fontes/destinação de recursos, cabe aos ordenadores de despesa, seguir o controle por fonte de recursos existente e na programação financeira, evitando o comprometimento de fontes de recursos.

Ao setor contábil, cabe o registro dos atos e fatos realizados no período representando em suas demonstrações o que de fato ocorreu com o gerenciamento das fontes feitos pelos gestores.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:



Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

Informações relevantes sobre transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

Descrição de ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o balanço patrimonial:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:



Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível).

No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados.

Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial.

Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.

O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos.

Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta



consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Resolução TCE-PE):

Foram lançados na conta de ajustes de exercícios anteriores os valores relativos as despesas de exercícios anteriores e cancelamentos de restos a pagar no exercício.

Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item da Resolução TCE-PE):

Não houve bens recebidos por doação no exercício.

Transferência de Ativos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item Anexo da Resolução TCE-PE):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico deduzidos os valores correspondentes a depreciação e amortização.



Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

Perdas da Dívida Ativa (NBC T SP 03 – item 97 e 98):

Não houve cancelamento de dívida ativa relevantes e ou concessão de descontos tributários que afetem a meta fiscal estabelecida na LDO.

Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):



Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário contratado pelo RPPS pelo atuário *LC Kogut –Assessoria e Consultoria Atuarial* destacado acima na avaliação atuarial.

Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 10ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):



Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve recebimento de heranças, presentes e doações no exercício.

Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício

PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Adoção de Procedimentos Internos no Sistema Orçamentário	Contador	-	Implantado

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime	Contador	-	Implantado



Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME FERREIRA ROSA XAVIER
Acesse em: <https://pse.gov.br/ep/validarDoc.shtm?CodigoDocumento=661c4db-8b7e-44-8b3f-e740b8d77c18>

	de competência			
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos Eventos, evidenciando os saldos dos ativos e passivos	Contador	-	Implantado
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado
---------------------------------	--	---------------------------------	---	------------

Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias./			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência	Contador	-	Implantado

Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, 13 salário, férias e etc	Contador	-	Implantado

Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial	Contador	-	Implantado

Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores	Contador	-	Implantado

Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência	Contador	-	Implantado

Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
------	--	--	--	--

Documento Assinado Digitalmente por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA RAVIER
Acesso em: https://ctce.tce.ce.gov.br/validaDocumento.aspx?CodigoDocumento=966bc46b-8b7b-43a4-8b3c-40b8d4b6c08



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes	Contador	-	Implantado

Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Almojarifado	-	Implantado

Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demais aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Depto. De Patrimônio	-	Implantado

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da Receita pelo valor bruto	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa com amortização; principal e encargos	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização de receitas e despesas previdenciárias	Contador	-	Implantado

Documento Assinado Digitalmente e por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO, JULIERME BARBOSA XAVIER
Assinatura em: https://etec.sp.gov.br/epp/validaDocumento.aspx?documento=666b0c46b-8b7b-43a4-8b3f-e7408877bc08



Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização do ativo, reconhecimento, encaminhamento e inscrição	Contador	-	Implantado

Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATÓRIOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos principais fatos relacionados aos precatórios	Contador	-	Implantado

Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
				Não iniciada

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação				
Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação				
Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

Documento Assinado Digitalmente
Assinado em: http://eccc.tce.pe.gov.br/...
Por: SEVERINO ALBINO DA SILVA FILHO
Data: 2018-08-07 14:34:58
ID: 817643448b557488d17bc08